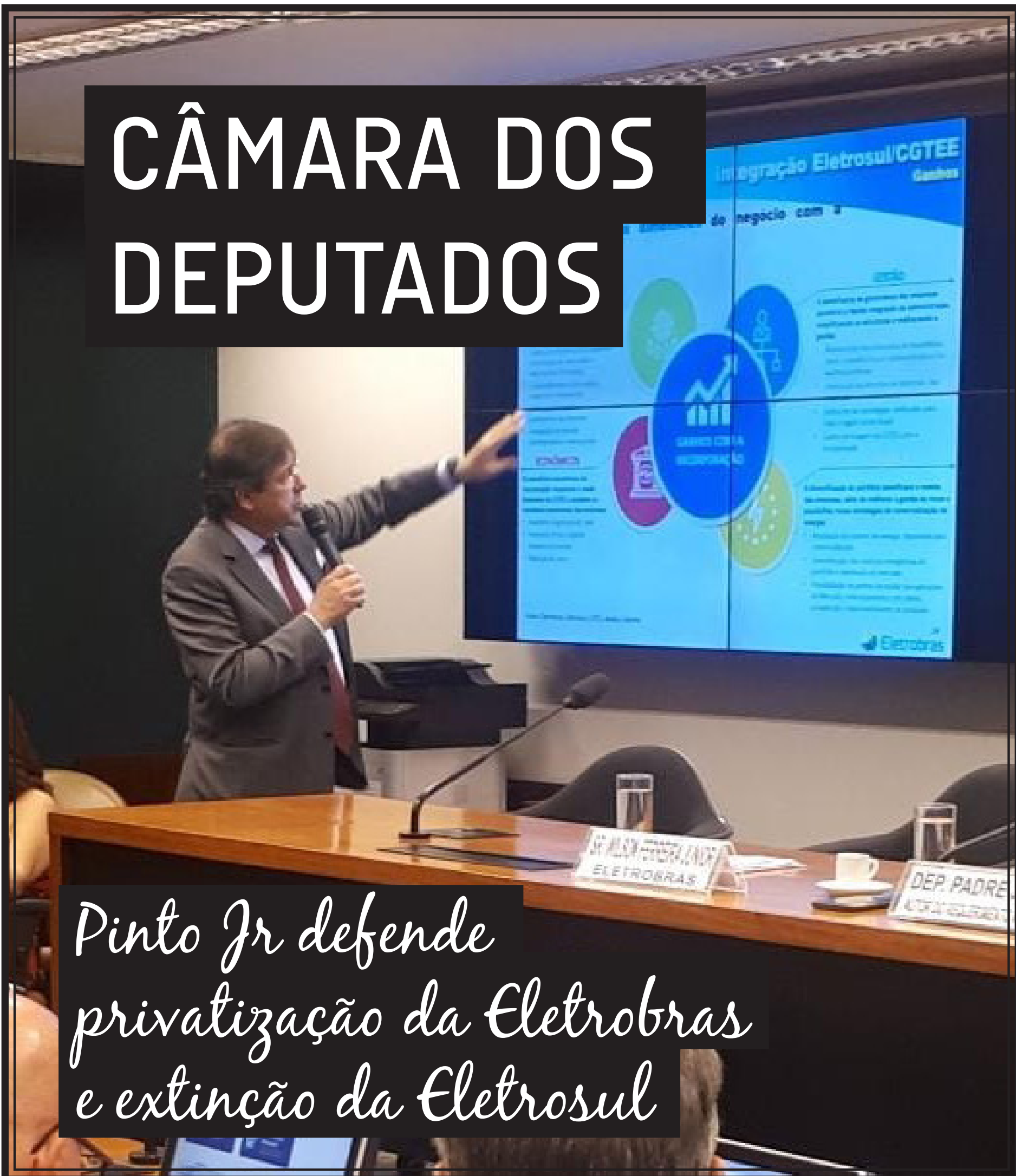




CÂMARA DOS DEPUTADOS



Pinto Jr defende privatização da Eletrobras e extinção da Eletrosul



EM AUDIÊNCIA PÚBLICA, PINTO JR DEFENDE PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS E INCORPORAÇÃO DA ELETROSUL

Presidente da Eletrobras vai à debate na Câmara dos Deputados e defende projeto privatista e extinção da Eletrosul

O presidente da Eletrobras, Wilson Pinto, foi convocado pela Comissão de Minas e Energia (CME) da Câmara dos Deputados para explicar a modelagem de privatização da estatal. No entanto, durante a audiência pública realizada na manhã desta terça-feira (7), o gestor embromou e não apresentou nada além de tentar justificar sua gestão privatista e defendeu a ampliação da venda do patrimônio Público. Além disso, deu grande enfoque ao processo de incorporação da Eletrosul pela CGTEE. Não apresentou sequer um estudo ou parecer sobre as eventuais vantagens ou riscos do modelo proposto ou para a incorporação das subsidiárias. De acordo com a dirigente sindical Cecy Marimon, enviada pela Intersul para participar da audiência, as informações apresentadas pelo presidente da Eletrobras não correspondem à realidade. "A incorporação às avessas" da Eletrosul pela CGTEE na prática é um arranjo empresarial que não tem qualquer embasamento. Não foram apresentados em nenhuma instância estudos e pareceres que apresentem a legalidade, a fundamentação técnica e, especialmente, a necessidade e pertinência dessa forma de reestruturação societária", destaca a dirigente.

Na visão da Intersul, a incorporação da CGTEE pela Eletrosul, seria mais lógica, mas esta possibilidade sequer esta sendo analisada pela gestão da Eletrobras. Ressalta-se que no modelo proposto a empresa menor, que é deficitária e tem apenas um ativo de geração, incorpora a empresa maior, de atuação regional, com melhor resultado econômico-financeiro e excelentes resultados operacionais. Não há justificativas para esta distorção. Durante a audiência, a bancada parlamentar de Santa Catarina se posicionou contra a forma de incorporação apresentada pela Eletrobras. O deputado Coronel Armando, proponente da audiência, apresentou histórico e as diferenças de desempenho operacional e econômico financeiro entre as duas empresas, destacando sua preocupação com os impactos que a falta de transparência neste processo podem causar.

FRENTE PARLAMENTAR AMPLIA O DEBATE SOBRE A INCORPORAÇÃO DA ELETROSUL

Audiência Pública Também vai ocorrer na ALESC.

No próximo dia 13 de maio, às 9 horas, em auditório da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc), uma nova audiência pública vai debater o processo de incorporação da Eletrosul pela CGTEE. A audiência é fruto dos esforços da Intersul na articulação de uma Frente Parlamentar, com o objetivo de estender o "debate da Incorporação" para toda a sociedade catarinense, incluindo a classe política, a sociedade em geral e os próprios empregados da empresa. A maciça participação da sociedade é fundamental na luta contra a extinção da Eletrosul e pela manutenção da empresa no estado de Santa Catarina. A Intersul já informou em correspondência ao Presidente da Eletrosul, Gilberto Eggers, que conta com sua presença na ALESC na próxima segunda-feira, bem como solicitou ao Presidente que os empregados da Eletrosul tenham abonadas as horas ausentes do trabalho, para participar da Audiência Pública. A Intersul destaca que esta é uma grande oportunidade de aprofundar este relevante debate com todos os setores da sociedade catarinense, que tem especial interesse no tema. Consultado em Brasília, Wilson Pinto Jr, manifestou que pretende estar representado no Debate na Alesc.

ELETROSUL

ASSEMBLEIAS REJEITAM PROPOSTA E NOVA RODADA DE NEGOCIAÇÃO ACONTECE HOJE

Categoria rejeita proposta inaceitável da diretoria da Eletrobras

Em assembleias realizadas em todo o país, os trabalhadores das empresas da Eletrobras rejeitaram a proposta da diretoria para o Acordo Coletivo de Trabalho 2019. A proposta foi considerada inaceitável pela categoria por conter diversos ataques aos direitos dos trabalhadores. Com a rejeição em todas as assembleias, os trabalhadores dão o recado de que não aceitarão o congelamento de salários e benefícios com reajuste zero, diminuição da gratificação de férias, congelamento do adicional por tempo de serviço (ATS), suspensão da aplicação do Avanço de Nível (SAN).



EXPEDIENTE

Linha Viva é uma publicação da INTERCEL e da INTERSUL
 Jornalista responsável: Paulo G. Horn (MTE 3489/SC) | Conselho Editorial: João Roberto Maciel
 Rua Max Colín, 2368, Joinville, SC | CEP 89216-000 | E-mail: sindsc@terra.com.br
 As matérias assinadas não correspondem, necessariamente, à opinião do jornal.



DIRETORIA DA ELETROSUL ACOMPANHA AUDIÊNCIA PÚBLICA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS, EM BRASÍLIA

DIRETORIA DA ELETROSUL DÁ CONTINUIDADE À EXTIÇÃO DA EMPRESA

Conselho de Administração ignora debate com a sociedade e mantém incorporação na pauta de reunião

A Eletrosul, de maneira impositiva, manteve na pauta do Conselho de Administração na reunião de ontem, a deliberação sobre o protocolo e justificativa de incorporação, laudo de avaliação e incorporação da Eletrosul pela CGTEE, questões passíveis de serem alteradas pelo debate social ainda em curso.

CELESC

TRABALHADORES DA CELESC DEBATERÃO NOVAMENTE A GESTÃO DA EMPRESA PÚBLICA

Teceira edição dos Seminários Regionais abre inscrições para os celesquianos

Debater a gestão da empresa e contribuir com ideias e soluções para a manutenção da Celesc Pública e para o bom atendimento à sociedade é uma característica histórica dos celesquianos. Há mais de 20 anos a categoria se reúne periodicamente em eventos organizados pelos sindicatos da Intercel e promovidos pelo Representante dos Empregados no Conselho de Administração da Celesc, em um modelo de gestão participativa idealizado No 1º Congresso dos Empregados da Celesc.

Em 2013, os sindicatos e Conselheiro decidiram realizar um evento preparatório, debatendo as representações dos trabalhadores dentro da empresa e questões do dia a dia de trabalho, elencando propostas a serem ampliadas nos congressos dos empregados. Com os seminários regionais, descentralizou-se a atividade e foi possi-



TRABALHADORES DE SÃO MIGUEL DO OESTE NO SEMINÁRIO REGIONAL REALIZADO EM 2016

bilitada uma maior participação da categoria. Agora, em 2019, teremos a terceira edição, preparando o caminho para o 11º Congresso dos Empregados da Celesc. As inscrições devem ser feitas com os dirigen-

tes sindicais de sua base ou direto com o Representante dos Empregados no CA, Leandro Nunes. O Seminário é aberto a todos os trabalhadores e tem apoio da Celesc, que liberará o ponto para participação.

TRIBUNA LIVRE

AINDA SOBRE O PRIMEIRO DE MAIO

por Paulo Guilherme Horn, diretor do Sindinorte e jornalista da Intercel



Um erro e um acerto. Esse é o resultado final da Celesc nas homenagens do dia do trabalhador. Internamente, através do email corporativo, a empresa encaminhou aos trabalhadores uma mensagem felicitando a todos pelo dia do trabalhador e convidando aos celesquianos para acompanharem as ações da empresa nas redes sociais. Entretanto, nas redes sociais, as mensagens da empresa foram de comemoração do dia do trabalho. O texto das publicações no perfil oficial da companhia em Facebook e Instagram dizia: "o dia do trabalho é uma data comemorativa internacional, celebrada anualmente no dia 1º de maio, em quase todos os países do mundo, sendo feriado em muitos deles". Se tu jogar no Google, vai ver que esse é o texto do wikipédia, uma "enciclopédia" virtual onde todos podem escrever. Apesar de prática, é conhecida por suas fontes não serem confiáveis.

Já escrevi sobre a história do dia dos trabalhadores. Não tem nada de dia do trabalho. Resumidamente, o primeiro de maio é uma data de reconhecimento da luta dos trabalhadores e remonta a 1886, quando 500 mil trabalhadores da cidade americana de Chicago foram às ruas reivindicar melhores condições de trabalho. No mesmo dia ocorreu uma grande greve geral. As manifestações em Chicago foram violentamente reprimidas, com trabalhadores presos e mortos. Para homenagear aqueles que morreram nos confrontos, a Segunda Internacional Socialista reiterou, em 1889, que o Dia Internacional dos Trabalhadores seria comemorado no 1º de maio de cada ano. No Brasil, a data foi oficializada em 1924. Em 1943, Getúlio Vargas simbolicamente promulgou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) no dia 1º de maio.

Meu último texto fala sobre a banalização da data e a tentativa de se reescrever a história, apagando os trabalhadores e suas lutas dela. Não, não estou dizendo que esta foi a intenção da Celesc ao utilizar o termo "dia do

trabalho". Mas que contribui, isso é verdade. Principalmente se pensarmos no papel das redes sociais em todo o processo de deslegitimação e ataques à classe trabalhadora e suas representações.

Através das redes sociais (e do whatsapp) convenceram uma grande parcela da população que era preciso destruir a CLT para gerar emprego. Agora temos menos direitos, mais exploração e uma taxa cada vez maior de desemprego. Através das redes sociais também convenceram que a reforma da previdência é inevitável. Agora vemos negociatas que acabam com a seguridade social serem tocadas sem que os grandes devedores da previdência fossem cobrados e sem que a dívida pública fosse auditada. Também convenceram que as empresas públicas são ineficientes, antrós e corrupção estatal que devem ser entregues ao mercado, este sim ético e responsável. Novamente vemos o corre-corre para vender o patrimônio público sem que isso represente, de fato, melhora na qualidade do serviço prestado ao povo. E, deixando o pior por último, através das redes sociais, convenceram o povo que era preciso votar em quem está encaminhando todos os ataques contra os trabalhadores. Isto é história. E eles também querem acabar com ela. Revisonismo é o nome técnico para a safadeza de mentir por meios oficiais e mudar os registros da realidade. Utilizando as redes sociais e uma série de notícias falsas, cria-se a base para que os trabalhadores sejam apagados da história. Suas lutas, seus anseios são escondidos. Suas conquistas passam a ser fruto da bondade do patrão. Aos poucos nos tiram a identidade e o protagonismo histórico.

Como disse antes, creio que este não era a intenção da Celesc. Mas o erro contribui. O bom é que ainda há tempo para corrigi-lo. Para que, se algum dia alguém procurar saber, estar registrado que o 1º de maio é o dia dos trabalhadores.



MPT LANÇA CAMPANHA EM DEFESA DOS SINDICATOS

O Ministério Público do Trabalho (MPT) lançou a campanha 'Maio Lilás: Conheça quem te representa' com o objetivo de lembrar à classe trabalhadora a importância das ações e práticas de sindicatos atuantes e combativos que resultam em conquistas de direitos. Os direitos trabalhistas, como férias e jornada de 44 horas semanais, não são dados por empresários que acham que os trabalhadores e as trabalhadoras merecem. Pelo contrário, se não tiver luta e uma atuação sindical forte e combativa não há conquista de direito.

É isso que mostram os números divulgados pela campanha do MPT. Entre 2012 e 2017 foram registradas mais de 53 mil convenções coletivas de trabalho, que conquistaram melhoras na remuneração, na contratação, nas condições e relações de trabalho, saúde e segurança do trabalhador e jornada, entre outros direitos. Por meio das convenções coletivas e de paralisações e greves necessárias para forçar os empresários a fecharem acordos, os sindicatos têm garantido inúmeros direitos aos trabalhadores de diversas categorias. Porém, desde o golpe de 2016, que tirou do poder a presidenta Dilma Rousseff, legitimamente eleita, a economia do país desandou, as taxas de desemprego dispararam, a inflação segue aumentando mês a mês derrubando o poder de compra de quem ainda está empregado e a luta dos sindicatos, na maioria das vezes, tem sido para não perder o emprego ou para garantir os direitos conquistados.

Segundo o Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG) do Dieese, a maioria das greves registradas em 2018 (82%) tinha caráter defensivo, ou seja, os trabalhadores tiveram de cruzar os braços para não perder direitos e até mesmo para garantir o recebimento de pagamentos, como salário, férias, 13º ou vale salarial. O capital tem como objetivo tirar, diminuir ou flexibilizar direitos para aumentar ainda mais seus lucros, especialmente quando temos um governo de extrema direita mais afinado com os empresários do que com a classe trabalhadora, como é o caso de Jair Bolsonaro (PSL), afirma a secretária de Relações do Trabalho da CUT, Graça Costa.

Para ela, a campanha do MPT é importante neste momento em que o governo de Bolsonaro e seus aliados, empresários e banqueiros, querem retirar direitos e aniquilar o movimento sindical. "Essa campanha do MPT é muito importante para fortalecer nossas organizações e conseguirmos resistir a essas maldades deste governo e voltar a conquistar mais direitos, principalmente com a chegada da indústria 4.0 que mudará as relações do trabalho", afirmou Graça, que complementa: "Nunca um sindicato teve tanta importância como

nos dias de hoje". O secretário de Assuntos Jurídicos da CUT, Valeir Ertle, concorda com Graça, e diz também que esta campanha do MPT pode ajudar a sociedade a entender ou relembrar que houve luta dos sindicatos para cada uma das conquistas da classe trabalhadora. "É importante que os trabalhadores e as trabalhadoras saibam que tudo que eles têm hoje de direitos foi fruto de muito trabalho, ação sindical e militância das entidades combativas. Muitos companheiros nossos tombaram reivindicando estas conquistas". Nada veio de mão beijada, tudo foi fruto de muita luta

Ataques aos direitos e ao movimento sindical

O trabalho sindical nunca foi fácil, mas tem ficado pior desde a aprovação da reforma Trabalhista, que alterou os tipos de contratos de trabalho, aumentando o bico, precarizando as condições de trabalho e renda. Desde então, segundo o próprio levantamento do MPT, é que as condutas antissindical praticadas pelos empresários vêm aumentando.

Ao todo, em 2018 foram 8.151 denúncias registradas no MPT na área da liberdade e organização sindical. O tema motivou a abertura de pelo menos 1.277 procedimentos de mediação, o ajuizamento de 358 ações e a celebração de 295 termos de ajustamento de conduta. E a tendência é piorar. Agora, com governo de Bolsonaro, os ataques aos direitos da classe trabalhadora e contra os sindicatos têm se intensificado. Além da proposta de reforma da Previdência, que se for aprovada vai acabar com o direito de se aposentar de milhões de trabalhadores e trabalhadoras, Bolsonaro editou a Medida Provisória (MP) 873, que aniquila o financiamento sindical e tem como objetivo enfraquecer os sindicatos na luta por direitos e facilitar ainda mais a vida dos empresários.

Os ataques ao movimento sindical não vão frear os trabalhos da CUT e de seus sindicatos, como querem Bolsonaro e seus amigos empresários, diz Valeir. "Vamos continuar na luta por melhores condições de trabalho e salário. Temos que nos fortalecer para enfrentar os desafios que virão com este governo de patrão e continuaremos firmes na luta e não ficaremos sossegados enquanto não derrotarmos esta reforma da Previdência que quer detonar ainda mais nossos direitos", finalizou o secretário de Assuntos Jurídicos.

"O trabalhador precisa entender a importância do seu sindicato para confrontar este projeto internacional que quer empobrecer e explorar ainda mais a classe trabalhadora. Só juntos conseguiremos vencer", complementa Graça.